

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros TJ/RR – 15 ANOS PROMOVENDO A JUSTIÇA EM RORAIMA

OFÍCIO N. º281/06 - GP

Boa Vista, 12 de abril de 2006.

LIDO NA SESSÃO DO

A Sua Excelência o Senhor DEP. **MECIAS DE JESUS** 

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roralma

Boa Vista - RR

Senhor Presidente,

Autorizado pelo Egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Justiça e nos termos do art. 96, II, "b", da Constituição Federal, c/c o artigo 77, inciso V, "b" da Carta Estadual, tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, os inclusos Projetos de Lei, que dispõem sobre a revogação da Lei Complementar nº 76/04 que instituiu a Ajuda de Custo para Capacitação da magistratura e sobre o Reajuste para os servidores do Poder Judiciário.

Diante do exposto, encareço a Vossa Excelência que em caráter de URGÊNCIA tramite o presente Projeto de Lei, a fim de que possamos cumprir, dentro do prazo, com o disposto na Resolução nº 13/06 do Conselho Nacional de Justiça e ao mesmo tempo atender às reivindicações dos servidores deste Poder Judiciário.

Ressalte-se que, quanto ao Reajuste de 7% para os servidores, este poderá sofrer alteração de percentual, caso o pleito requerido no ofício 274/06 – GP (anexo), seja atendido pelo Excelentíssimo Senhor Governador, com a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinqüenta mil reais)

Contando sempre com a atenção, costumeiramente dispensada por Vossa Excelência e demais Parlamentares, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Cordialmente,

es, MAURO CAMPELLO

Presidente

PALÁCIO DA JUSTIÇA
Praça do Centro Cívico, 371 – Centro
FONE – (95) 3621.2611/3623.2238 FAX (95) 3623.1095
CEP 69301-380– Boa Vista – RR

14/2883 888344 ASSERBLER LEGISLATION/RORAINA

-



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhores Deputados,

Com o advento da Emenda Constitucional 45, houve a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão encarregado do controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência ou recomendar providências, nos termos do inciso I, §4º do art. 103-B da Constituição Federal.

No âmbito de sua competência o Conselho Nacional de Justiça editou a resolução 13 de 21 de março de 2006 que dispõe sobre o teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura.

Nesta resolução, ficou estabelecido no art.4º que estariam compreendidas no subsídio da magistratura e por ele extintas algumas verbas do regime remuneratório, dentre elas a ajuda de custo para capacitação.

É cediço, que no Estado de Roraima, a referida ajuda de custo, foi instituída pela Lei Complementar nº 76/04, estando em vigor até a presente data. Contudo, diante da edição da Resolução 13/06 é mister que este Tribunal cumpra com o determinado até o mês de junho do corrente, prazo este estabelecido pela própria resolução em seu art.12.

Diante disto é dever deste tribunal encaminhar projeto de lei referente à revogação da Lei Complementar mencionada.

Contudo, com a revogação da referida lei, e a consequente suspensão do pagamento da ajuda de custo da magistratura, segundo informações do Departamento de Planejamento e Finanças deste Poder Judiciário, haverá uma folga orçamentária capaz de atender a antiga reivindicação dos servidores quanto a reajuste salarial, no importe de 7%, nos moldes da concessão feita pelo executivo através da Lei 514 de 29 de dezembro de 2005.

ALE/RR

ALE/RR FIO.2...



Diante do exposto, encaminhamos os projetos jacentes, revogando a ajuda de custo da magistratura e concedendo 7% de reajuste salarial aos servidores do Poder Judiciário, ambos com efeitos a contar de 1º de junho de 2006. Ressalte-se, por oportuno, que a aprovação de um, está condicionado ao do outro, pois só haverá orçamento disponível para implementação do reajuste, se houver a suspensão do pagamento da ajuda de custo para capacitação da magistratura local.

Esperando contar com o elevado espírito público de Vossas Excelências para a aprovação dos projetos, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos ulteriores que se fizerem necessários.

Cordialmente,

Des. MAURO CAMPELLO

Presidente



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR NOID DE 19 DE 00 DE 2006

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 002, de 22 de setembro de 1993, que institui o Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Ficam revogados a inciso IV do art. 112 e o art.115-A, ambos da Lei Complementar nº 002/94, de 22 de setembro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de junho de 2006.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 76 de 19 de julho de 2004.

Palácio Senador Hélio Campos-RR, de maio de 2006.

**OTTOMAR DE SOUSA PINTO**Governador do Estado de Roraima